

Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação¹

Agriculture modernization: territoriality, changes, domination

Marcos Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

José Sinhorini

Faculdade de Ampére

Resumo: Nesse texto, apresentamos alguns dos resultados obtidos no projeto de pesquisa intitulado “Sudoeste do Paraná: (agro)indústria e colonização”, efetivado no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr) – Unioeste. Nesse projeto, contamos com a participação de docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, a partir do que estamos denominando de abordagem territorial. Em nossa leitura geográfica da colonização, industrialização e modernização da agricultura, destacamos o conceito de território como orientação conceitual inicial e alguns dos principais desdobramentos desses processos no Sudoeste do Paraná. Aqui, evidenciamos a colonização efetiva desse recorte espacial e a objetivação da modernização agropecuária, sobretudo através da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO).

Palavras-chave: Território. Territorialização. Modernização. Cooperativismo.

Abstract: On this text, we present some of the results obtained in the research project entitled “Southwest of Parana: (agro)industry and colonization”, accomplished by the Group fo Territorial Studies (Geterr) – Unioeste. On this project, we have count on the participation of teachers and graduation and post graduation students, from what we denominate territorial approach. In our geographic reading on colonization, industrialization and agriculture modernization, we outstand the concept of territory as initial conceptual orientation and some of main deployments of these processes in the Southwest of Parana. Here we really evidence the effective colonization of this spatial region and the objectifying of cattle raising modernization, overall through the Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO).

Keywords: Territory. Territoriality. Modernization. Cooperativism.

APRESENTAÇÃO

Esse texto revela alguns resultados obtidos a partir de 2002 em pesquisas feitas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais

(Geterr) em torno da linha de pesquisa intitulada “Teorias, métodos e estudos territoriais”. Temos duas frentes principais de estudos: uma sobre as abordagens e concepções de território e territorialidade,

¹ Apoio CNPQ

tratados juntamente com outros conceitos basilares da geografia, como paisagem e espaço. Outra, mais específica, sobre a colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, evidenciando sujeitos e processos dos seguintes temas: apropriação privada da terra, revolta dos colonos de 1957, modernização agropecuária, êxodo rural, migração *gaúcha*, industrialização e rede de cidades.

Nossa orientação teórico-metodológica está centrada na abordagem territorial, ou seja, o conceito de território e a noção de territorialidade são basilares em nossos estudos, como “ponto de partida” para a interpretação e representação dos processos sócio-espaciais que estamos estudando. Não negamos, evidentemente, outros conceitos importantes: trabalhamos com combinações conceituais, ora com a relação tempo-espaço-território, ora com a território-rede-lugar e assim por diante, de acordo com os objetivos e com a problemática de pesquisa. De modo algum desvalorizamos outros conceitos e noções de outras ciências e dos sujeitos estudados. Estamos sempre atentos à linguagem e à compreensão dos indivíduos envolvidos nos processos estudados, como demonstramos em Saquet e Duarte (1996).

Os recortes espacial e temporal, definidos *a priori*, são os seguintes: Sudoeste do Paraná a partir da década de 1940. Os procedimentos adotados estão pautados na pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários (IBGE, INCRA, IPARDES e EMATER) e primários (relatórios, arquivos, entrevistas e prefeituras municipais), convivência o máximo possível com os sujeitos estudados e representação cartográfica das informações geográficas. Também é importante destacar que nossas pesquisas envolvem estudantes de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

Nossa abordagem corresponde a exercícios de interpretação e representação do

território e da territorialidade, no intuito de compreender a territorialização dos processos sócio-espaciais e subsidiar, na medida do possível, a discussão e a elaboração de projetos alternativos de desenvolvimento que valorizem o saber popular, a produção ecológica de alimentos, a proteção e recuperação do ambiente, os patrimônios identitários dos grupos sociais, as relações de ajuda mútua, entre outras características que estão na base do que estamos denominando, em consonância com Milton Santos e Massimo Quaini, de movimento de resistência à globalização.

Isso significa que nossa opção teórico-metodológica tem um caráter político bem definido. Nesse sentido, estamos compreendendo o território em três níveis inseparáveis: a) como conceito de orientação teórico-metodológica, ou seja, em nível epistemológico, juntamente com os demais conceitos basilares da geografia (espaço, paisagem, região e lugar); b) como objeto de estudo e componente do *real* (questão ontológica); c) como espaço de organização política, mobilização, luta e atuação em programas e projetos de desenvolvimento, exigindo uma práxis transformadora do *status quo*. Evidentemente, como é conhecido na geografia e noutras ciências sociais, os níveis epistemológico e ontológico não estão dicotomizados: é uma distinção didática que fazemos para facilitar nossos estudos: há uma unidade epistemológica-ontológica; o próprio pensamento é inerente ao *real*.

Por esse raciocínio, os principais elementos constituintes do território, como produto e condição da dinâmica sócio-espacial, são os seguintes:

- as redes de circulação e comunicação, traduzidas através de nós, redes e malhas.
- as identidades culturais e/ou as identidades mais gerais, ocorridas no âmbito das relações sociais políticas e econômicas.

- as relações de poder em sua multidimensionalidade.
- a natureza exterior ao homem: solo, clima, vegetação, fauna, hidrografia.
- os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.
- o movimento mais geral, ou seja, o movimento sempre constante do tempo e do espaço em unidade universal.

O território é uma construção social, cuja processualidade assenta-se nas relações sociais que realizamos todos os dias. Essas relações correspondem às territorialidades que são multidimensionais, isto é, ocorrem tanto nas relações econômicas como nas políticas e culturais, como já evidenciaram autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, por exemplo. Em nossa vida cotidiana vivemos múltiplas relações e estabelecemos uma combinação variada de redes de circulação e comunicação, no rural, no urbano e em suas relações. O movimento de pessoas, mercadorias, informações etc. rompe com as barreiras espaciais e político-administrativas, interligando lugares, tempos, pessoas, situações. É um movimento de desterritorialização e reterritorialização, sendo que ambas acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes e no mesmo ou em períodos distintos. Há sempre uma

relação de unidade espaço-temporal do movimento do território no tempo (construção histórica) e do tempo no território (construção relacional). O território é relacional, processual e (i)material.

Há, por esse raciocínio, um movimento de reconstrução incessante dos lugares, territórios, conhecimentos, experiências, práticas materiais e ideárias, enfim, das territorialidades que efetivamos entre nós mesmos, socialmente, e das relações que realizamos com nossa natureza exterior. Essas relações são de poder, influência, controle, regulação etc., inerentes à vida na sociedade em que vivemos. No quadro n. 1 representamos algumas das perspectivas que nos orientam a compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, evidenciando seu caráter renovador, histórico-crítico e relacional.

Quadro 1 - Perspectivas basilares para a compreensão renovada da territorialização

Perspectivas	Principais referências	Compreensão de território	Abordagem
Gilles Deleuze e Félix Guattari	K. Marx M. Foucault H. Lefebvre M. Dobb S. Amin...	<ul style="list-style-type: none"> • como movimento, fluxos na rotação do capital • codificação e decodificação, signos <ul style="list-style-type: none"> • relações de poder • transformações sociais e TDR (des-re-territorialização) 	<ul style="list-style-type: none"> • relacional • objetiva e subjetiva • redes e TDR • material e imaterial
Claude Raffestin	P. Monbeig M. Foucault H. Lefebvre E. Soja G. Deleuze F. Guattari F. Farinelli E. Turri A. Turco	<ul style="list-style-type: none"> • como fronteiras e frentes de ocupação/povoamento: economia e geopolítica • espaço modificado através do trabalho (construído) <ul style="list-style-type: none"> • relações de poder (multidimensionais) • signos da vida quotidiana • redes de circulação e comunicação; tessituras e nós <ul style="list-style-type: none"> • TDR • produto histórico, material 	<ul style="list-style-type: none"> • relacional • TDR • redes, tessituras e nós • estrutural-construtivista • multidimensional • material e imaterial, envolvendo o território e a paisagem

Fonte: Saquet (2007).

Tanto Gilles Deleuze como Félix Guattari e Claude Raffestin são pioneiros na redescoberta do conceito de território, evidenciando a codificação, a decodificação e a recodificação dos processos sociais e sua materialização no território. São pioneiros na compreensão renovada dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização a partir da relação espaço-tempo e da multidimensionalidade do poder. Processos que identificamos e caracterizamos, por exemplo, na colonização efetiva realizada no Sudoeste do Paraná e na modernização agropecuária efetuada a partir dos anos 1960-70, como demonstramos mais adiante, destacando algumas relações de poder e alguns efeitos da territorialização do capital mediada pela implantação de cooperativas de produção agropecuária que difundem e incentivam a produção de mercadorias no bojo do pacote tecnológico produtivista da chamada “revolução verde”.

Há, ao nosso ver, como representamos no quadro n. 2, um movimento incessante da vida na sociedade e na natureza, cuja relação é mediada por instrumentos, técnicas, tecnologias, linguagens, saberes, todos envolvidos pelo poder, por identidades, temporalidades e redes de circulação e

comunicação. Esse movimento incessante é, ao mesmo tempo, histórico e relacional, material e imaterial, contendo mudanças (rupturas) e permanências (continuidades), como ocorreu com a instalação dos *gaúchos* e catarinenses no Sudoeste do Paraná a partir dos anos 1920 e, mais sistematicamente, a partir da década de 1940: instaura-se um *novo* grupo social, com outros valores e ritmos, signos e identidades, relações sociais entre si e com a natureza, instituindo a propriedade privada da terra, a ideologia do trabalho, a cerca/repartição do solo, a produção de mercadorias, a organização política em sindicatos etc., excluindo e subordinando os donos originários das terras, das florestas, das águas e dos animais: os indígenas e os caboclos, para os quais a natureza tinha um valor unicamente de uso.

Traços fundamentais da colonização efetiva do Sudoeste do Paraná

O Sudoeste do Paraná teve povoamento efetivo recente. Além dos caboclos e índios que viviam na região, a partir das primeiras décadas do século XX, mais efetivamente durante o Governo Vargas, houve algumas tentativas de ocupação do território brasi-

leiro. Conforme Boneti (1995), a ocupação do Sudoeste acelerou-se a partir da década de 1940, caracterizando-se como uma *fronteira agrícola*, para onde se dirigiam muitos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, expropria-

Quadro 2 – Uma tentativa de síntese para compreender a territorialização

Perspectiva	Principais referências	Compreensão de território	Abordagem
Marcos Saquet	G. Deleuze F. Guattari H. Lefebvre C. Raffestin G. Dematteis A. Bagnasco	<ul style="list-style-type: none"> • como produto histórico e multiescalar: relações sociais (poder) • redes de circulação e comunicação • apropriação e dominação (multidimensional: E-P-C-N) • ritmos (temporalidades) <ul style="list-style-type: none"> • diferenças • identidades (unidades) <ul style="list-style-type: none"> • des-continuidades (mudanças e permanências) 	<ul style="list-style-type: none"> • material e imaterial <ul style="list-style-type: none"> • relacional • histórica • des-continuidades • multidimensional • des-re-territorialização • com um caráter político em favor de uma sociedade mais justa

Fonte: Saquet (2000, 2003/2001 e 2007).

dos em decorrência, entre outros fatores, da fragmentação das unidades produtivas por herança e pelo esgotamento do solo em seus estados de origem.

O desenrolar desse processo histórico e os laços que permanecem até hoje e que criaram ambientes parecidos no Rio Grande do Sul e no Sudoeste do Paraná, fazem-nos refletir e tê-los como alvo de nossa pesquisa. São traços comuns entre os ambientes referidos o trabalho familiar e a existência de cooperativas de produção, por exemplo. No Sudoeste, a ocupação ganha um caráter planejado a partir da concessão de terras a empresas colonizadoras que garantiam infra-estrutura aos posseiros que chegavam, como a substituição dos *velhos* caminhos por estradas. Uma das primeiras localidades a ser criada foi Bom Retiro, hoje Pato Branco, em 1918, com a função de acolher *caboclos* expulsos da região do Contestado.

A criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) por Getúlio Vargas, em 1943, em Marrecas (hoje Francisco Beltrão), segundo Sposito (2004), pode ser considerada como uma demonstração do papel geopolítico do Estado na ação de configurar o território, estabelecer fronteiras e limites e impor seu poder político. A relação entre o Estado e o território é efetivada pela criação de uma empresa que vai definir um sentido para as ações de ocupação de terras no Sudoeste do Paraná. A construção de estradas garante a melhoria da infra-estrutura regional, além de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias. É o poder do Estado legitimando a intensificação das relações capitalistas de produção e a construção de *novos* territórios. Utilizando-se do seu poder, no início dos anos 1970, o Estado subsidia a criação ou o fortalecimento das cooperativas de produção agropecuária.

Porém, tal forma de colonização sofreu mudanças significativas na década de 1950.

Segundo Wachowicz (1995), instala-se no Sudoeste, em 1950, a CITLA (Sociedade Industrial e Comercial Clevelândia Ltda.), com o papel de colonizar a região, na mesma área de atuação da CANGO. Após envolver-se em disputas de partidos políticos sobre o domínio do território e como os interesses da empresa eram contrários aos da política de estruturação fundiária, praticados até o momento de sua instalação, a CITLA passa a cobrar dos agricultores um preço alto pelas terras que tinham recebido gratuitamente da CANGO. Tenta-se vender o mesmo pedaço de chão que já tinha sido apropriado pelos migrantes *gaúchos* e catarinenses!

Dessa maneira, a luta pela terra no Sudoeste caracterizou-se como um marco histórico. Segundo Abramovay (1981), após o esgotamento dos recursos legais, em outubro de 1957, os colonos ocuparam várias cidades do Sudoeste, desencadeando o conflito entre jagunços contratados pelas companhias de terras e os agricultores na popularmente conhecida "*Revolta dos Colonos ou Levante dos Posseiros*". Apesar do risco de conflito armado, os colonos conquistam um rápido acordo junto ao governo estadual e deixaram as cidades.

No dizer de Sposito (2004), no Sudoeste do Paraná, a estruturação efetiva do território acontece a partir da revolta dos posseiros de 1957, por meio da posse da terra, o que leva a uma divisão de propriedades e à criação de descontinuidades antes não existentes. "*Estas descontinuidades vão se firmando porque a malha das propriedades, o tamanho e a relação das cidades em rede, os fluxos de mercadorias e a força de trabalho vão-se cristalizando no território*". (p.29-30)

A regularização definitiva da posse da terra só aconteceu com a intervenção do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), criado pelo Governo Federal, atuando entre 1962 e 1974. Esse acontecimento definiu a demarcação e expedição dos títulos de propriedade de

boa parte das terras do Sudoeste, configurando um *novo* desenho territorial. É o Estado presente, historicamente, na ocupação, colonização e institucionalização da propriedade privada no Sudoeste do Paraná.

Conforme Abramovay (1981), os habitantes do Sudoeste do Paraná, antes de 1940, viviam mais de caça; eram maltrapilhos, mas alimentavam-se muito bem e a boa alimentação era um sinal fundamental de *riqueza*. Os caboclos não possuíam a propriedade da terra, eram posseiros. Conforme Abramovay (1981) e Feres (1990), praticavam agricultura em pequenas áreas, utilizando-se da queimada para limpeza, usando a cinza como fertilizante. O pousio era a técnica usada para recuperar a fertilidade da terra, o que caracterizava um relativo nomadismo dessas populações caboclas.

Para Wachowicz (1987), os caboclos que haviam ocupado as áreas de mata como posseiros preocupavam-se em colher uma quantidade de mate nos ervais nativos, o que lhes fornecia algum dinheiro para adquirir os produtos indispensáveis como armas, sal e algum vestuário. O feijão e o milho por eles plantados eram consumidos na subsistência familiar. Derrubavam e queimavam a mata e depois com o “sengo” (extremidade superior de uma foice quebrada servindo de pá) em punho, cesto de milho ou feijão a tiracolo, plantavam no solo e cobriam com os pés, o que caracterizava um processo agrícola bastante rudimentar.

Além desses cultivos, Feres (1990) acrescenta o arroz, o amendoim e, especialmente a mandioca como principais culturas de consumo familiar. Também afirma que a cultura do milho desenvolveu-se com maior intensidade, associada com a suinocultura, principalmente após 1917, quando foram fundados os primeiros frigoríficos no Paraná.

Durante a economia cabocla, as relações comerciais eram muito modestas, segundo Feres (1990), tanto na atividade ervateira quanto na suinocultura, até a caça e a venda de couros de animais reduziam-se a um sistema de trocas. A ligação entre o caboclo e o consumidor era garantida pelos bodegueiros, pequenos comerciantes fornecedores dos gêneros de primeira necessidade que não podiam ser produzidos localmente. De certa forma, esses intermediários apropriavam-se de parte do trabalho excedente do caboclo e acumulavam capitais.

A população cabocla tinha uma vida simples, seu estágio de desenvolvimento técnico era rudimentar, quase primitivo, seus instrumentos de trabalho eram o “sengo”, o “xuxo”², a foice, o machado, o facão, a arma de fogo etc. Conforme Abramovay (1981, p. 12), o caboclo “[...] se interessava pela terra na medida que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho, separado deste trabalho ela não tinha valor algum. A propriedade não era premissa para a produção”.

A década de 1950 marcou a crise definitiva de *fechamento da fronteira colonial sulista*, pelo esgotamento das terras e pelo crescimento vegetativo da população, que provocava o fracionamento excessivo das propriedades, praticamente inviabilizando as atividades produtivas da época (Feres, 1990). Assim, os filhos dos *camponeses* lutavam para se estabelecer e reproduzir, no Sudoeste, o que aprenderam com seus pais, praticando uma agricultura diversificada baseada na pequena propriedade de produção familiar. Segundo Brum (1988), após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1940-50, o Rio Grande do Sul torna-se um grande “*exportador de gaúchos*” para o Oeste catarinense e Sul/

² Conforme Abramovay (1981), o xuxo, era como se dizia na região; o *chuço* é uma cavadeira de pau utilizada para realizar o plantio sobre as cinzas da queimada.

Sudoeste do Paraná, onde havia extensas áreas de terras férteis cobertas por florestas sem uma apropriação privada, ou seja, o povoamento rarefeito centrado em valores não mercantis e especulativos facilitou a instalação sistemática dos migrantes.

A intensificação da chegada de *gaúchos* e catarinenses foi produzindo um efeito desagregador sobre a economia cabocla. Segundo Abramovay (1981), quando a chegada adquiria proporções mais significativas, o desbravamento da terra pelo *caboclo* passou a ser feito não visando à produção, mas à venda. O dinheiro recebido pelo direito de uma nova clareira aberta na mata passou a ser mais um recurso que a mata colocava à sua disposição, intensificando a ocupação e, aos poucos, também a produção e o consumo de mercadorias. A substituição de uma população por outra foi uma transição não apenas sócio-econômica, mas também étnica e cultural, gerando *novas* configurações no território sudoestino.

As técnicas de utilização do solo usadas pelos agricultores até os anos de 1970, segundo Abramovay (1981), consistiam na rotação de terras como forma de preservar a fertilidade do solo. O uso de adubação orgânica era irrisório e a propriedade era dividida basicamente em três partes: uma área de pastagem, uma de lavoura (cujas dimensões variavam conforme as demandas de mercado e a quantidade de braços disponíveis) e uma área de pousio ou capoeira (terras em descanso). Na área em cultivo, existia constante rotação de culturas, o que, por si só, contribuía para repor alguns dos nutrientes que as plantas tiravam do solo.

Além dos instrumentos de trabalho já utilizados pelos caboclos, os *gaúchos* e catarinenses recém-chegados iniciaram a utilização da plantadeira e do arado a tração animal, da carroça de bois, da moto-serra e outros equipamentos e máquinas que trou-

xeram dos seus lugares de origem. Para Abramovay (1981), a mecanização com tração animal ocorria logo após o primeiro ou segundo ano da lavoura; o arado era utilizado após o apodrecimento ou queima de obstáculos naturais (tocos e madeira) na terra. Além de representar uma forma diferente do sistema de utilização da terra pelos caboclos, o autor também afirma que “[...] enquanto a mecanização a tração animal permanece estagnada em termos nacionais, no Paraná como um todo ela aumentou mais de 40% e no Sudoeste paranaense ela sobe mais de 120% entre 1950 e 1970”. (p.75)

Embora tímida esta melhoria técnica, significava um aumento da produção e do consumo e, conseqüentemente, de relações mercantis, através das quais, os produtores agrícolas que mais se destacaram acumularam capitais, adquirindo alguma máquina ou lote de terra. Porém, quem mais se beneficiava eram os negociantes, que forneciam mercadorias e faziam o elo entre agricultores e atacadistas. Esta dinâmica regional produziu *novas* territorialidades, surgiram *novos* povoados, outros se fortaleceram e tornaram-se cidades, condicionando as pessoas a *novas* formas de organização de produção e circulação de mercadorias.

[...] As unidades produtivas familiares são, simultaneamente, unidades de consumo: os proprietários vendem os excedentes e compram o que não produzem, como o sal e os tecidos até instrumentos de trabalho para a prática agrícola. No mercado, regidos por sua lógica, são subordinados e explorados pelos agentes do capital industrial, comercial e financeiro. (SAQUET *et al*, 2002a, p.11)

O mesmo autor também afirma que os agricultores eram os donos dos meios de produção, os negociantes formavam o grupo dominante, explorador e acumulador, revendendo o excedente agrícola, produtos manufaturados, emprestando dinheiro etc. Para Abramovay (1981), a

partir do momento em que o pequeno agricultor compra aquilo que necessita junto ao comerciante, sua produção deixa de lhe pertencer: “Como o volume desta produção é reduzido, fica nítido o laço de dependência, pois ele trabalha quase exclusivamente para pagar o comerciante”. (p.99)

Anterior à década de 1970, a agricultura do Sudoeste paranaense possuía um caráter quase exclusivo de subsistência, através da qual o agricultor produzia para o consumo da família. O excedente era caracterizado por uma microprodução de cada produto por unidade fundiária que, em momento oportuno ou por necessidade, era colocada no mercado. Segundo Corrêa (1970), no circuito comercial, entre o produtor e o consumidor apareciam os intermediários que se encarregavam de beneficiar a produção ou então revendê-la a outros intermediários.

As cidades e os povoados, nos anos de 1960, tinham como papel principal a atividade mercantil e a prestação de serviços. Para Saquet *et al* (2002 a), eram locais específicos da realização do excedente gerado, nas unidades produtivas, com trabalho familiar. “Os centros urbanos não se apresentavam como grandes consumidores, capazes de suscitar o aparecimento de setores regionais especializados no abastecimento urbano”. (CORRÊA, 1970, p.10)

Assim, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, com a incorporação de novas práticas de cultivo, a base produtiva do Sudoeste do Paraná passa por uma grande transformação. A adubação química, o uso de calcário e a mecanização da produção, lentamente, vão substituindo as técnicas de pousio e rotação de terras; e o surgimento da soja, como cultura de exportação, vai intensificando cada vez mais as atividades produtivas no espaço rural. Com isso, os agentes do capital, articulados ao Estado, passam a influenciar e a impor um novo ritmo de vida e trabalho,

através de mudanças na base técnica da produção agrícola e em outras atividades do cotidiano.

A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

O processo que no Brasil denominamos “modernização da agricultura” ocorre com o movimento de expansão do grande capital, em nível internacional, a partir do que mundialmente ficou conhecida como “revolução verde”. Ocultos atrás de objetivos de aumento da produtividade agrícola no mundo, estavam cristalizados os interesses de expansão de grandes corporações transnacionais que, de início, agem como patrocinadoras da modernização e, em seguida, passam a receber o apoio e a legitimação do Estado.

O Estado brasileiro não só apoiou como também criou condições favoráveis para que o processo de tecnificação e industrialização da agricultura ocorresse. Se, de um lado, ampliou o mercado nacional e a produtividade, de outro, a agricultura foi inserida num processo de modernização que favorece(u) os interesses das grandes corporações transnacionais ligadas ao setor agrícola, que passaram a ditar regras e impor uma dinâmica mais intensa à produção agrícola e ao cotidiano das pessoas, sem considerar as conseqüências sociais e ambientais do Brasil.

Brum (1988) entende a modernização da agricultura como um processo através do qual ocorreram modificações na base técnica da produção; caracterizou-se pelo uso intensivo nas unidades produtoras, de máquinas e insumos químicos bem como por maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas como a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo de solos, de tratamentos culturais e de processos de colheita mais sofisticados. Além disso, “[...] a subs-

tituição de uma agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas". (p. 45)

Segundo Corrêa (1996), o capital, especialmente aquele associado às grandes corporações transnacionais, possui seu próprio território, ou seja, as grandes empresas desenvolvem um conjunto de práticas sociais e espaciais visando à permanência de seu território e à criação de outros para intensificar sua expansão. Há um movimento de territorialização que é histórico e transescalar, envolvendo muitos indivíduos e lugares; a edificação de redes de circulação e comunicação; o controle da produção e do mercado; a atuação do Estado através de subsídios diversos, entre outros elementos que estão sempre presentes na expansão do modo capitalista de produção.

Sobre o processo de modernização da agricultura, também Graziano Neto (1982) e Brum (1988), entre outros, afirmam que este foi além de mudanças técnicas; é muito mais do que isso. Simultaneamente ao processo modernizante, vai-se modificando a organização do processo produtivo e ocorrem mudanças nas relações sociais de produção. O objetivo principal da produção agropecuária que antes era a subsistência da família apenas com o excedente comercializado, agora, está centrado nas determinações do mercado e na racionalidade do ganho, através do qual se dá a acumulação.

No que se refere à modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, Brum (1988) afirma que ela se manifesta na década de 1960 e, principalmente, nos anos de 1970. Para Alves *et al* (2004, p. 160), no processo de modernização da agricultura brasileira, muitos agentes foram responsáveis pela configuração do espaço geográfico e do território: "[...] *Destes agentes*

destacam-se, em especial, a partir da década de 1960, a presença do Estado, das cooperativas e agroindústrias privadas que direcionaram seus esforços para subordinação e incorporação de atividades agrícolas ao capital".

O processo de modernização agrícola provocou a rearticulação no processo produtivo e a retomada das cooperativas agrícolas de produção³. As transformações que ocorrem na agricultura do Sudoeste contribuem para inserir uma parcela dos agentes sociais na lógica nacional e internacional da expansão do capitalismo. Assim, as cooperativas de produção agropecuária tiveram um papel decisivo na modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e em outros lugares do Brasil.

O Estado, para realizar seu objetivo de modernização da agricultura, como já mencionamos, reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas para o setor rural. Conforme afirma Moro (1991), essas organizações passaram a ocupar posição privilegiada como agentes do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CITRIN) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) assim como na execução da política de preços mínimos. Assim, para que os agricultores fossem beneficiados por tais políticas, precisavam ser associados a uma cooperativa. Segundo Brum (1988), a fim de tornar o crédito mais acessível aos produtores, foram instalados, nas cooperativas, um setor de repasse de financiamentos do Banco do Brasil efetivando financiamentos aos associados.

Beneficiando-se dos incentivos estatais, as cooperativas criaram grandes infraestruturas para receber e comercializar a produção, revender sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos,

³ No início da década de 1970, no Sudoeste do Paraná, atuavam as seguintes cooperativas de produção: CAMDUL, COAGRO, COASUL, CAMISC, CAPEG e COMFRABEL.

mediar a aquisição de financiamentos subsidiados, oferecer assistência técnica etc. Enfim, intensificaram a circulação de mercadorias e a subordinação dos produtores ao capital em diferentes escalas.

Desta forma, o produtor é inserido em *novoo* processo produtivo, porém, apesar de subordinado à lógica de reprodução do capital, as condições de mecanização são necessárias para sua permanência como produtor agrícola. No Sudoeste do Paraná, o cooperativismo agrícola tem sua estruturação no final da década de 1960. Porém, são acontecimentos como a expansão do cultivo da soja e os créditos altamente subsidiados que fortaleceram o cooperativismo regional.

A proposta cooperativista elaborada no Sudoeste baseava-se na experiência do Rio Grande do Sul e do Oeste do Paraná, onde predominava a agricultura comercial. No entanto, não se levou em consideração a qualidade do solo, a topografia e a questão social dos agricultores: na maioria pobres, cuja característica predominante era a produção de subsistência. Mesmo assim, grande parte dos agricultores já conhecia o cooperativismo em suas regiões de origem (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e aceitaram sem analisar, face às condições de vida, as adaptações necessárias.

A generalizada carência de infraestrutura para o armazenamento e beneficiamento da produção, o fornecimento de insumos, as sementes selecionadas e serviços aos agricultores, somados aos incentivos do Estado brasileiro que adere ao pacote tecnológico da “revolução verde”, intimamente ligado aos interesses internacionais de grandes empresas, justificaram a fundação de algumas cooperativas empresariais ligadas ao ramo agropecuário no Sudoeste do Paraná. Entre elas, está a Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), fundada em 1970, com sede no município de Capanema/PR, da

qual destacaremos alguns aspectos do seu processo de territorialização.

Desse modo, segundo Coradini (1981), a preocupação do Estado em resolver os problemas de produção, comercialização, transporte, preços mínimos, armazenamento e crédito agrícola, vinha ao encontro dos interesses e necessidades dos produtores agrícolas. Assim, o Estado delega às próprias cooperativas parte dos encargos, tendo em vista a solução de problemas referentes à criação da infra-estrutura para a produção.

O dinamismo da agricultura moderna, de características empresariais, exigiu instrumentos mais ágeis e eficazes para o avanço do processo. Além disso, a COAGRO encontrou, nas pequenas unidades produtivas de trabalho familiar, espaço *fértil* para articular territorialmente produtores aos interesses do capital, garantindo sua reprodução através do poder e força em diferentes escalas espaciais. Ela edifica seu território, pois, como afirma Raffestin (1993), não há território sem relações de poder.

Saquet (2002), ao estudar o cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul, também ratifica essa afirmação. Para esse autor, o território é a expressão *concreta* e *abstrata* do espaço produzido a partir da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, isto é, essa construção social também ocorre a partir das relações estabelecidas na dinâmica econômica como a de cooperativas agrícolas de produção.

A valorização da soja no mercado internacional e a oferta de crédito ao seu cultivo, estimularam o agricultor a adquirir sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, entre outros. Como afirma Saquet (2002), os produtos agrícolas geralmente têm preços inferiores aos preços dos produtos industrializados, como os insumos e implementos agrícolas

etc. Desse modo, os agentes do capital envolvem e subordinam os agricultores. Esse processo, ao que parece, tornou o agricultor dependente do crédito, fortalecendo os interesses dos agentes financeiros, das empresas industriais, do Estado e das cooperativas agropecuárias.

Na cooperativa, o crédito agrícola torna-se mais acessível pela proximidade que esta mantém com o agricultor associado. Conforme Delgado (1985), a política de financiamento rural revela uma trajetória expansionista desde o início de sua formulação efetiva. O período de 1967 a 1976 é marcado por crescimento inusitado das aplicações reais de crédito; entre 1969 e 1976, o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444. Tal elevação corresponde a um crescimento médio de 23,8% ao ano, várias vezes, superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% ao ano.

A ampliação do número de beneficiados pelos financiamentos de custeio e investimentos reflete-se também no crescente volume de produtos agrícolas recebidos pela cooperativa. Segundo Saquet (2002), a propriedade dos meios de produção e a produção de excedentes para comercialização são requisitos indispensáveis para a participação do pequeno produtor agrícola no quadro social de uma cooperativa agrícola. Quanto maior a produção recebida pela cooperativa, maior será o montante de sobras que, ao final de cada ano, após retenção dos fundos, fica à disposição da assembleia geral, que poderá realizar a divisão proporcional à comercialização realizada pelo associado com a cooperativa ou, então, decidir por investimentos na ampliação e melhoria da infra-estrutura da cooperativa, na grande maioria dos casos, prevalece a segunda opção.

O crédito rural, com o discurso de aumento da produtividade e de melhoria nas condições de vida do agricultor, provocou

impactos na organização da produção. Como afirma Brum (1988), o sistema de crédito rural orientado subordinou o agricultor à fiscalização e assistência técnica, introduzindo-o de forma intensa no “pacote tecnológico” da modernização. “[...] Ao lado de certas vantagens e benefícios, às vezes mais aparentes do que reais, na verdade tornou o agricultor dependente do mercado econômico e o introduziu num processo do qual é difícil retroceder”. (idem, p. 88)

Segundo o mesmo autor, a situação de dependência do agricultor agravou-se no início da década de 1980 com o ajustamento da economia brasileira à conjuntura internacional. De acordo com a orientação do FMI, retiraram-se, progressiva e rapidamente, os subsídios ao crédito até sua quase eliminação completa, deixando a agricultura e o agricultor no jogo do mercado financeiro. A partir disso, as frustrações de safras e a queda nos preços da soja⁴ levam um grande número de cooperativas a descapitalização e a maioria dos produtores rurais ao endividamento, num contexto inflacionário extremamente alto, agravando ainda mais a eliminação e expulsão de pequenos e médios agricultores do processo produtivo.

De modo geral, nos primeiros 15 anos de atividade, conforme destacamos em Sinhorini (2007), a COAGRO atuou como mediadora do processo de modernização agrícola, recebendo forte apoio do Estado, este, em grande parte, responsável por seu crescimento. Apesar dos subsídios oferecidos à cooperativa e aos cooperados, ocorreram alguns efeitos territoriais em sua área de ação, como o desaparecimento e o fracionamento de muitos estabelecimentos agrícolas, especialmente aqueles com área inferior a 50 hectares. Ao que parece, a cooperação no formato empresarial não foi capaz de melhorar as condições de vida

⁴ Segundo o BRDE (2003), enquanto em 1973, o preço da soja atingiu mil dólares a tonelada, em outubro de 1982, a leguminosa estava cotada em apenas 214 dólares a tonelada.

de muitos dos agricultores envolvidos pela COAGRO.

Entre 1970 e 1985, nos municípios de atuação da COAGRO (Capanema, Realeza, Planalto, Pérola D'Oeste e Santa Izabel do Oeste, todos localizados no Sudoeste do Paraná), desapareceram 564 estabelecimentos com área entre 11 e 50 hectares. Parte deles, concentrou-se em estratos de áreas maiores, outros foram fragmentados com o matrimônio dos filhos em unidades produtivas menores. Na categoria de estabelecimentos até 10 hectares, entre 1970-85, aumentaram 1.340 estabelecimentos e 4.795 hectares de área, totalizando uma média de 3,6 hectares por estabelecimento. Ao que parece, uma média inferior a do estrato que, em 1985, era de 5,1 hectares por estabelecimento, caracterizando a fragmentação dos mesmos. Tudo isso, em plena área de atuação de uma cooperativa que oferecia muitos *benefícios* concedidos pelo Estado e pela própria empresa.

Além disso, a atuação da COAGRO produziu mudanças na forma de organização dos agricultores, das unidades produtivas e da produção. Entre 1971-85, o número de associados da COAGRO aumentou de 354 para 5.862, um crescimento de 1.556%. Já o total de grãos comercializados passou de 9.049 para 1.296.639 sacas de 60 Kg, um aumento de 14.229%. Em 1971, a média de entrega de grãos por sócio foi de 25,6 sacas; em 1985, essa média foi de 221,2 sacas de 60 Kg. Há uma intensificação da produção pelo uso de máquinas, sementes selecionadas, agrotóxicos e fertilizantes químicos e da mercantilização da produção agrícola.

O cotidiano dos agricultores também passa por profundas alterações. No início da década de 1970, apesar da intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura do Sudoeste do Paraná, mediadas pela atuação das cooperativas e de outras instituições, grande parte dos agricultores produziam para a subsistên-

cia da família e alimentação dos animais, comercializando o excedente. Em 1985, provavelmente, a maior preocupação dos agricultores tenha sido a comercialização da produção para o pagamento de empréstimos bancários e pagamento de máquinas, fortalecendo o capital comercial, industrial e financeiro.

Entre 1971 e 1985, a área de atuação da COAGRO ficou restrita aos cinco municípios de sua fundação (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Pérola D'Oeste e Planalto). O número de associados apresentou crescimento considerável no período. Em 1971, 3,3% dos agricultores de sua área de ação eram sócios da COAGRO, aumentando para 49,4% em 1985, demonstrando seu poder de influência no fomento da agropecuária.

Sua infra-estrutura também apresentou crescimento. Em 1973, a COAGRO construía sua sede própria, com dois escritórios, dois armazéns e três secadores nos municípios de Capanema e Realeza. Em 1985, contava com quinze escritórios, nove silos, oito secadores, dezesseis armazéns, quinze supermercados, dois postos de combustível e uma granja de suínos, localizados nos municípios de sua área de ação (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste), ou nos 10 distritos e/ou localidades no espaço rural desses municípios. Em 1974, a COAGRO possuía 1 caminhão e 4 automóveis; em 1985, eram 29 caminhões de diferentes tamanhos, 2 ônibus (sendo 1 micro) e 15 automóveis.

Em 15 anos de atuação, a COAGRO aumentou de forma considerável: o número de associados; o número de unidades com infra-estrutura para comprar, beneficiar e armazenar a produção agrícola; o número de caminhões para realizar o escoamento da produção; o número de automóveis para o atendimento ao associado ou para mobilidade de funcionários e a comer-

cialização da produção agrícola, entre outros. Seus interesses, articulados aos de grandes empresas do ramo agropecuário, ao sistema financeiro e aos interesses do Estado, foram materializados no espaço geográfico, produzindo *novas* configurações territoriais.

Na área de atuação da COAGRO, temos um território resultante da dinâmica social, da reprodução das relações sociais de dominação e subordinação. Para Saquet (2003/2001), o território é dia-a-dia reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem e revela as contradições e desigualdades sociais. O território é, simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais.

A retirada acelerada do Estado enquanto financiador da modernização da agricultura e da expansão das cooperativas agropecuárias, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 1980, deixou muitas dessas organizações sem condições de atuarem. A partir de então, a expansão das cooperativas passou a depender quase exclusivamente de sua própria capacidade de capitalização; muitas diversificaram suas atividades, entrando no ramo de processamento industrial. E ainda, nos anos 1990, o setor cooperativista passou por outra grande crise provocada pela abertura comercial e planos de estabilização da economia.

A conjuntura econômica nacional, o endividamento da COAGRO, as dificuldades em sua gestão, entre outros, fizeram com que seus resultados operacionais fossem negativos. Com isso, a cooperativa passa por uma crise (acentuada em 1999), quando é decidido pela reestruturação, reduzindo sua área de ação e deixando o ramo agroindustrial. A COAGRO vendeu parte do patrimônio para equilibrar as finanças. Com a reestruturação (1999/2000), retomou o processo de crescimento, com ampliação do quadro social e continui-

dade no processo de capitalização, como a construção de novas edificações (silos, secadores, armazéns, escritórios, entre outros), aquisição de automóveis, etc.

Através de suas ações, a COAGRO forma uma malha articulada com outras malhas em rede, em que o *nó* principal é a sede da cooperativa, de onde partem decisões e articulações com os demais *nós* que são as unidades. Faz articulações com o global como é o caso das negociações na comercialização da produção agrícola (soja) no mercado mundial e negociações de compra de insumos e máquinas com corporações transnacionais.

Com a modernização da agricultura, o crédito agrícola foi um forte elemento de sua territorialização, envolvendo e subordinando os agricultores como consumidores e produtores do (para o) mercado externo, provocando também a desterritorialização daqueles que não se inseriram no processo ou não prosperaram com ele. As cooperativas de produção agropecuária, entre elas a COAGRO, tornaram-se um instrumento de avanço da modernização agrícola. Apesar do coletivo e do homem serem provavelmente o centro das idéias iniciais, a viabilização da produção e consumo de mercadorias fortaleceram a expansão do capitalismo no campo, configurando a este, *novos* territórios e *novas* formas para ampliar a acumulação de capital.

No Sudoeste paranaense, assim como nos municípios da área de atuação da COAGRO, a disputa pelo território econômico sempre esteve evidente. Cada tempo imprimiu ritmos diferentes nessa disputa, variando, em cada época, de acordo com as técnicas que dinamizavam as relações sociais. No espaço rural, especificamente, desde os princípios do processo de colonização, havia os comerciantes que procuravam manter e expandir seus territórios de ação, criando condições de compra e venda que, ao mesmo tempo, atraíam e

condicionavam a subordinação dos agricultores que se tornavam dependentes deste processo.

Mais tarde, com ritmo mais acelerado de subordinação e exploração, substantivam-se as cooperativas agropecuárias que, com a intervenção estatal, especificamente na década de 1970 e início dos anos de 1980, dominam e estruturam seus territórios, baseando-se nos interesses internacionais (mecanização, expansão da soja, formação do CAI e exportação de produtos primários e semi-processados). Com a diminuição do apoio do Estado, enquanto financiador desse processo, muitas cooperativas passam a criar novas estratégias para continuar a expansão e o domínio de novos territórios, desta vez uma disputa maior com outras empresas nacionais e internacionais que procuram exercer poder e domínio sobre seus territórios de atuação.

Nesse caso, ocorre uma sobreposição de territórios de diferentes empresas em alguns momentos articulados em rede; em outros, disputando poder, produzindo *novas* territorialidades, mesmo assim nem todas as pessoas estarão articuladas a esses territórios, pois estamos diante do espaço banal, ou seja, são os excluídos que, muitas vezes, ainda estão atrelados às territorialidades do passado, da época da colonização, como já mencionamos.

As organizações cooperativistas, pressionadas pelo sistema econômico e pela concorrência de mercado, passam a interagir com as forças propulsoras do capitalismo, integrando-se na própria dinâmica de expansão do capital. Diante disso, os pretensos fins comuns, os objetivos sociais de ser uma organização para promover o homem e não o capital são práticas cada vez menos operantes. O jogo do mercado e o poder do grande capital transformaram as cooperativas em pontos de sua realização e reprodução de capital, pois os acontecimentos locais ocorrem num processo

global que articula, através das redes, a circulação e a realização da produção no território que é global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a partir da institucionalização da propriedade privada da terra, no Sudoeste do Parana, no bojo da migração de *gaúchos* e catarinenses, instaura-se lentamente a produção de mercadorias e especulação fundiária, definindo-se um *novo* arranjo territorial centrado em princípios do capitalismo como modo produtivo dominante. Há mudanças profundas na forma de vida, na produção agropecuária, no uso do solo, da floresta e das águas, nos signos e identidades que existiam até então. Há um movimento concentrador e centralizador, centrado nas forças do capital e do Estado, num constante processo de territorialização dos agentes produtivos.

O território do capital efetiva-se e é dominante diante do território dos agricultores familiares descapitalizados e que não conseguem construir alternativas para viver sem vinculação direta com as cooperativas de produção agropecuária. Dessa maneira, há concentração da terra e do capital; pobreza e exclusão que impossibilitam a conquista de melhores condições de vida para aqueles que têm pouca terra, pouca informação e uma organização política frágil. E é justamente nesse contexto que desejamos a utilização de nossas análises e representações por aqueles que dela precisam, dispendo-nos a trabalhar com eles numa perspectiva de transformação territorial e social em favor de uma sociedade mais justa como fizemos em experiências como o *Projeto Vida na Roça* (1996-1998) e o *Projeto Vida no Bairro* (2003-2005), realizados por nós, da Unioeste, em parceria com várias instituições governamentais e não governamentais.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

ALVES, Adilson *et al.* Sudoeste Paranaense: Colonização, Estrutura Fundiária e Indicadores da Modernização Agrícola. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE – histórico, situação atual e perspectivas**. Porto Alegre: BRDE, 2003.

BONETI, Lindomar. **O significado histórico do levante armado dos colonos do sudoeste do Paraná ocorrido em 1957**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura; trigo e soja**. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAPANEMA LTDA. **Relatório das atividades dos anos de 1971, 1975, 1980, 1982, 1984, 1985, 1990, 1995, 1997, 2000, 2003 e 2004**. Capanema: COAGRO.

CORADINI, Odacir. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, Odair L. & FREDERICQ, Antoniette. **agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.11-90

CORRÊA, Roberto. Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista brasileira de Geografia**. Vol. 32, nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CORRÊA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org.). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-256

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: UNICAMP, 1985.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria - o meio rural na História Social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, (1990).

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: TERRITORIALIZAÇÃO, MUDANÇAS, DOMINAÇÃO

ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 – Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, 1979, 1983, 1991 e 1997.

MORO, Dalton. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná**. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1991. Tese de Doutorado.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000, p.103-114.

SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

SAQUET, Marcos *et al.* **A Formação territorial no/do Sudoeste /PR**. Francisco Beltrão: GETER, 2002a.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos e DUARTE, Valdir. **Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário**. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

SAQUET, Marcos; PACÍFICO, Jucelí; FLÁVIO, Luiz Carlos. **Cidade, organização popular e desenvolvimento: a experiência do Projeto Vida no Bairro**. Cascavel/PR: Unioeste, 2005.

SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2007. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SPOSITO, Eliseu. Sobre o conceito de território: Um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos. (org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná. Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

(Recebido em 28/09/2008 e aceito para publicação em 02/12/2008)

